

Justiça cobra código para o consumidor

Consciência. Uma única palavra define a política que o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Direito Econômico, quer implementar no seu relacionamento com o consumidor. Para o secretário Jose Del Chiaro, o cidadão brasileiro desconhece os seus direitos enquanto consumidor. Os técnicos do Ministério chegaram a conclusão que "não adianta querer fazer uma relação de política de consumo pela força". E vai mais longe: "É o próprio consumidor quem deve estar conscientizado politicamente de como deve agir".

Del Chiaro salienta que o brasileiro tem de acostumar-se com a frase "não vou comprar", diante de qualquer produto que não lhe satisfaça. "Só ele, enquanto consumidor, tem esse poder. O Governo não tem e a sociedade civil, isoladamente, também não", afirma o secretário.

Sem um código de Defesa, porém, transformado em lei, que dê ao consumidor instrumentos de ação contra os abusos econômicos, esta batalha torna-se bastante desvantajosa para o comprador do dia-a-dia. Neste sentido, a Secretaria de Direito Econômico tem mantido constantes encontros com as lideranças partidárias, no Congresso Nacional, para ver, o mais rápido possível, o Código de Defesa do Consumidor vigorando no País.

Está marcada uma reunião para depois de amanhã, às 11h, com os líderes dos partidos, no Congresso Nacional para se definir um esquema de votação do Código. Del Chiaro acredita que, se o projeto de lei for encaminhado para votação por acordo de lideranças, sem dúvida estará aprovado até o final do mês. Porém, lembra que o projeto prevê 180 dias para que o Código de Defesa do Consumidor "passe a vigorar com toda a sua eficácia".

NORMAS

O Ministério da Justiça não vai esperar a aprovação do Código para começar a atuar neste setor. Técnicos do Governo já trabalham, através de uma ação conjunta, no sentido de elaborar normas técnicas que permitam ao brasileiro consumir produtos de qualidade comparável ao do Primeiro Mundo, disse Del Chiaro.

O Departamento de Defesa do Consumidor mantém entendimentos com a Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, para se estabelecer uma ação conjunta de fiscalização. "Chegando denúncias do Ministério da Justiça, de que determinado produto é nocivo, será encaminhado à vigilância sanitária", informou José Del Chiaro.

Esta unidade de ação do Governo, no combate a má qualidade de produtos, envolverá, também, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, no que diz respeito à qualidade industrial, e o Ministério da Economia, quando se tratar de importação e exportação de tecnologia.